



# O CURRÍCULO E DIFERENÇA NA EDUCAÇÃO INFANTIL

**Fabiana Rodrigues Marques, Sirley Lizott Tedechi**

fazinha\_marques@hotmail.com, tedeschils@gmail.com

Instituto Federal de Mato Grosso do Sul

II Seminário de Pós-graduação do IFMS – SEMPOG 2022

**Resumo.** *Este artigo tem como objetivo discutir sobre o currículo na perspectiva pós-crítica, evidenciando que ele é o resultado de uma seleção hierárquica de conhecimentos e saberes, mas é também construção de subjetividades, de identidades e diferenças. Realizou-se à princípio um estudo de caráter bibliográfico sobre o currículo, iniciamos um esboço para sua compreensão, partindo da compreensão da teoria pós-críticas; depois se referendou sobre esse currículo na Educação Infantil, abordando-se a importância de se discutir sobre as diferenças já nessa primeira etapa da educação básica. Partimos do entendimento que o currículo é uma construção social, envolvido em relações de poder/saber e, portanto, é um lugar de constantes disputas e que os professores da Educação Infantil devem refletir sobre as diferenças previstas no currículo e também sobre suas ações, estas que impreterivelmente devem estar pautadas em um trabalho de socialização e cooperação, dando destaque a construção e desenvolvimento do currículo da Educação Infantil colocando em questão a diversidade e a singularidade das crianças como sujeito sócio-histórico e cultural.*

**Palavras Chave.** *Currículo, educação infantil, diferenças.*

**Resumen.** *Este artículo tiene como objetivo discutir el currículo en una perspectiva poscrítica, mostrando que es el resultado de una selección jerárquica de saberes y saberes, pero también es la construcción de subjetividades, identidades y diferencias. En un primer momento se realizó un estudio bibliográfico sobre el currículo, iniciamos un esquema para su comprensión, partiendo de la comprensión de la teoría poscrítica; luego, se realizó un referéndum sobre este currículo en Educación Infantil, abordando la importancia de discutir las diferencias en esta primera etapa de la educación básica. Partimos de la comprensión de que el currículo es una construcción social, involucrada en relaciones de poder/saber y, por tanto, es un lugar de constantes disputas y que los docentes de Educación Infantil deben reflexionar sobre las diferencias previstas en el currículo y también sobre sus acciones. , las cuales deben estar guiadas por un trabajo de socialización y cooperación, destacando la construcción y desarrollo del currículo de Educación Infantil, poniendo en cuestión la diversidad y singularidad de los niños como sujeto socio-histórico y cultural.*

**Palavras Chave.** *Reanudar, educación, diferencias.*



## 1. Introdução

Minha trajetória profissional na Educação, iniciou-se em 2007 como professora, tendo a convicção de que o aprendizado da docência, desde os primeiros anos, implica em um processo marcado pelo enfrentamento de desafios e da insegurança; fatores que me impulsionaram a buscar por novas fontes de conhecimentos.

No início de agosto de 2014, na cidade de Campo Grande/MS, recebi o convite para trabalhar com os professores da rede municipal, passando a ser Coordenadora Pedagógica da Escola Municipal de Educação Infantil- EMEI Engenheiro Valdemir Corrêa de Rezende.

Um dos desafios que surgiram logo de início foi a necessidade de conhecer mais sobre o currículo e os documentos da Educação Infantil e que com esses conhecimentos pudesse ajudar a minha equipe escolar a aprimorar-se profissionalmente e ainda retomar um sonho antigo da época da faculdade em Pedagogia de fazer Mestrado em Educação.

Entendo a escola como um lugar de aprendizado, também de reflexões sobre a educação e as suas transformações; portanto um lugar de discussões sobre o currículo e as diferenças e busca por conhecimentos. É o espaço sublime para refletir e discutir os temas de destaque social, para que as pessoas exporem suas ideias e compreensões, inclusive sobre o currículo, pois “[...] entendemos que todas as pessoas possuem lugares de fala, pois estamos falando de localização social. E, a partir disso, é possível debater e refletir criticamente sobre os mais variados temas presentes na sociedade” (RIBEIRO, 2017, p.48).

O intuito da pesquisa é problematizar-se-á o tema Currículo na Educação Infantil através do campo teórico pós-crítico, utilizando autores como Sandra Corazza (2001), Tomaz Tadeu da Silva (2005), Alice Casimiro Lopes (2015), entre outros.

Com base nesse campo teórico, parte-se do entendimento que o currículo é uma construção social, envolvido em relações de poder/saber e, portanto, um lugar de constantes disputas. O processo de desenvolvimento do currículo é cultural, portanto, “não neutro”. Nele são direcionados padrões que, em certa medida, privilegiam determinada cultura em detrimento de outras e, por isso, há a necessidade de que a escola e os docentes discutam/reflitam sobre o currículo. São necessárias problematizações

[...] quanto aos caminhos trilhados historicamente, tanto no mundo social como no mundo das ciências e nos processos educacionais, e há procura de alternativas para



compreender situações, para convivências, para o pesquisar e o explicar, para o ensinar (...) Novas perspectivas do humano-social enfocam nas diferenciações, construindo-se conhecimentos e saberes que destacam as heterogeneidade culturais, e não as unicidades e homogeneidades, estas consideradas como fatores de obscurecimento quanto a compreensão humana, seja ela social, educacional ou cultural (...). Surgem neste movimento, as diferenças, que passam a ser reconhecidas e consideradas (GATTI, 2014, p. 724).

Nesta perspectiva, o currículo considera as heterogeneidades dos conhecimentos e dos saberes sociais e também culturais. Moreira e Candau (2007) dizem que o currículo tem a ver com as experiências escolares:

[...] que se desdobram em torno do conhecimento, em meio a relações sociais, e que contribuem para a construção de identidades [...]. Currículo associa-se, assim, ao conjunto de esforços pedagógicos desenvolvidos com intenções educativas (MOREIRA; CANDAU, 2007, p. 86).

Deste modo, os professores da Educação Infantil precisam refletir sobre as diferenças no currículo e também sobre suas ações, estas que devem ser pautadas em um trabalho de socialização e cooperação, dando destaque para a construção e desenvolvimento do currículo da Educação Infantil colocando em questão as diversidades e a singularidades das crianças como sujeito sócio-histórico e cultural.

Conforme as Diretrizes Curriculares Nacionais (DCNs) para a Educação Básica, o currículo é um “conjunto de valores e práticas que proporcionam a produção, a socialização de significados no espaço social e contribuem intensamente para a construção de identidades socioculturais dos educandos” BRASIL, 2013, p. 27). Por isso, Silva (2005) diz que o currículo é relação de poder.

A Educação Infantil tem que ser oferecida em instituições educacionais com objetivos específicos de aprendizagem para as crianças, etapa de ensino organizada em creche – que atende as crianças de 0 aos 3 anos de idade e em pré-escola – que atende crianças de 4 a 5 anos de idade e, essa última, obrigatória, sendo salutar compreender as concepções de currículo e de diferença nessa etapa de ensino.

Além disso, o tema da pesquisa também se justifica posto que houve transformações recentes no currículo da Educação Infantil, após a promulgação da Base Nacional Comum Curricular (BNCC) brasileira e por conseguinte, é imprescindível que os professores percebam a importância de se trabalhar as diferenças dentro do currículo já na Educação Infantil.



## 2. Metodologia ou materiais e métodos

Será realizado um estudo bibliográfico de autores e de autoras que discutem o currículo e que se aproximam do campo teórico pós-crítico, posto que esses trazem contribuições para pensar as diferenças nas propostas curriculares da Educação Infantil, na pesquisa se “[...] coloca frente a frente os desejos do pesquisador e os autores [...] Esse esforço em discutir ideias e pressupostos tem como lugar privilegiado de levantamento as bibliotecas, os centros especializados e arquivos” (NETO, 2001, p.53).

Também se fez um estudo bibliográfico das Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Infantil (BRASIL, 2013) e a Base Nacional Comum Curricular (2018) tentando a compreensão de currículo e as relações identidades e diferenças expressas nesses documentos, pois os professores da Educação Infantil necessitam refletir sobre suas práticas de ensino, buscando trazer um ensino de valorização dos indivíduos.

## 3. Currículo pós-crítico

Na perspectiva pós-crítica se entende o currículo como prática social e de significação, na qual a “cultura se torna um campo de luta em torno da construção e da imposição de significados sobre o mundo social” (SILVA, 2013, p. 10). O currículo é um reflexo da sociedade, portanto, relaciona-se com as questões dos conflitos, imerso nas relações hierárquicas e de poder, na disputa pelos conteúdos que serão elencados para estudo nas escolas.

Silva (2005) destaca que o currículo “[...] é sempre resultado de uma seleção de um universo mais amplo de conhecimentos e saberes seleciona-se aquela parte que vai constituir, precisamente, o currículo” (SILVA 2005, p.15). O currículo é, assim, resultado de uma seleção hierárquica de conhecimentos e saberes, mas é também construção de subjetividades, de identidades e diferenças.

O currículo está entrelaçado com as mudanças sociais e com a produção de conhecimentos, persuadido com o as fontes do saber e com as relações de poder que ele exerce na formação da sociedade através da escola, reforçando em diversos momentos



históricos as questões de desigualdade social e distorcendo os sentidos da distribuição de conhecimento. Sabe-se que

O currículo, visto como texto, como discurso, como matéria significante, tampouco pode ser separado de relações de poder. Vincular a educação e, particularmente, o currículo, a relações de poder tem sido central para o projeto educacional crítico. Pensar o currículo como ato político consiste precisamente em destacar seu envolvimento em relações de poder (SILVA, TOMAZ TADEU. 2001, p. 24).

O que é selecionado para ser estudado nas escolas é elegido por ideias do poder apregoadas pelo campo social e político, portanto, definido para que se forme determinado tipo de sujeito. O currículo, pela ideologia do poder hegemônico, parte de um modelo ideal de sujeito e, a partir disso, determina quais conhecimentos são válidos para a construção das identidades. É salutar destacar, que as políticas curriculares, traduzidas em currículo, são um projeto dos grupos que estão no poder, expressando “[...] a visão de mundo, o projeto social, sua verdade” (SILVA, 2001, p.10).

Contudo, Lopes (2015b) diz que, embora, a história do currículo seja:

[...] marcada pela ideia de que possa existir uma base racional que sustente as decisões sobre os saberes e atividades de ensino, seja ela em função de princípios epistemológicos, psicológicos ou mesmo emancipatórios. Os focos nos objetivos, na transformação social, nos saberes universais são exemplos desses processos. As finalidades sociais se modificam – formar o profissional adequado ao mercado de trabalho, formar o sujeito crítico, formar o sujeito emancipado, o cidadão -, mas as tentativas de conter a significação se mantêm (LOPES, 2015b, p.455).

Por mais que a ideia de uma base racional que sustenta as escolhas dos conteúdos que serão estudados em função de princípios pré-determinados - sejam princípios epistemológicos, psicológicos ou mesmo emancipatórios do sujeito - tenha como finalidade a produção de determinadas identidades, a autora salienta que toda e qualquer tentativa de conter a significação, nunca é garantida.

Sendo assim, o currículo é um dos mecanismos por meio do qual se torna possível analisar a construção e compreensão de como as subjetividades dos sujeitos são produzidas; possibilita, também, compreender que “o campo do currículo, o campo da teoria do currículo, é precisamente um desses domínios particulares de conhecimento do indivíduo, implicados em estratégias de governo” (SILVA, TOMAZ TADEU; 2011, p.187).

O currículo também é uma forma de representação do sujeito por intermédio dos distintos discursos que neles são expressos, pois é nesses “[...] que o mundo social é



representado e conhecido de certa forma, de uma forma bastante particular e que o eu é produzido” (Silva, 2011, p. 194). Há também uma representação de sociedade, expressa nos vários estereótipos difundidos no cotidiano e que têm a “concepção baseada em ideias preconcebidas sobre algo ou alguém, sem o seu conhecimento real, geralmente de cunho preconceituoso ou repleta de afirmações gerais e inverdades” (DICIO, 2022, s/p). Para Bhabha (2001):

[...] o estereótipo não é uma simplificação porque é uma representação de uma dada realidade. É uma simplificação porque é uma forma presa, fixa de representação que, ao negar o jogo da diferença (que a negação do outro permite, constitui um problema para a representação do sujeito em simplificações de relações psíquicas e sociais (BHABHA, 2001, p. 117).

Para o autor, o estereótipo não é apenas uma simplificação da realidade; por sua fixidez na representação, contribui para negação das diferenças, para a negação do outro. Presente no currículo, os estereótipos precisam ser questionados e superados por meio de estudos e reflexões que vão além do simples empenho em dar visibilidade aos diversos grupos socioculturais e [...] assumindo um enfoque exclusivamente descritivo e turístico, não questionando as relações de poder presente nas interações entre os diferentes grupos socioculturais, reforçando assim relações assimétricas entre os grupos, processo de legitimação da inferiorização [...] (CANDAU, 2020, p.680).

Para a autora é preciso rever as práticas pedagógicas que lidam com a diferença de forma descritiva e turística e colocar no centro das discussões as relações de poder desiguais que marcam o currículo. Além do mais, é preciso compreender o processo relacional de produção das identidades e diferenças. Sobre isso, Silva (2000) nos esclarece dizendo que identidade e diferença são indissociáveis, que uma não existe sem a outra:

A identidade é aquilo que se é: “sou brasileiro”; “sou negro”, “sou jovem”, “sou homem”. [...]. Na mesma linha de raciocínio, também a diferença é concebida como entidade independente. Apenas, neste caso, em oposição à identidade, a diferença é aquilo que o outro é: “ela é italiana”, “ela é branca”, “ela é homossexual”, “ela é velha”, “ela é mulher” (SILVA, 2000, p. 74, grifo do autor).

A identidade é quem sou, sou negro, pardo, branco, mulato, indígena; sou homem, mulher, jovem ou idoso; sou brasileiro, argentino; heterossexual ou homossexual; mas dizer quem eu sou, está relacionado a dizer quem eu não sou, como bem esclarece Silva (2000). Então, identidade e diferença se relacionam, estão imbricadas e são produzidas, também, por meio do currículo. Por isso é preciso que o currículo contemple e valorize as múltiplas



identidades. É salutar iniciar o trabalho de respeito às etnias, gênero, sexualidades, entre tantas outras diferenças, no currículo da Educação Infantil.

### 3.1 O currículo na Educação Infantil

Reflexões advindas da Base Nacional Comum Curricular (BNCC) afirmam que “nas últimas décadas, vem se consolidando, na Educação Infantil, a concepção que vincula educar e cuidar, entendendo o cuidado como algo indissociável do processo educativo (BRASIL, 2018, p. 36). Essas reflexões também aparecem nas Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Infantil (DCNEI) ao destacar que:

As instituições de Educação Infantil precisam organizar um cotidiano de situações agradáveis, estimulantes, que desafiem o que cada criança e seu grupo de crianças já sabem sem ameaçar sua autoestima nem promover competitividade, ampliando as possibilidades infantis de cuidar e ser cuidada, de se expressar, comunicar e criar, de organizar pensamentos e ideias, de conviver, brincar e trabalhar em grupo, de ter iniciativa e buscar soluções para os problemas e conflitos [...] (BRASIL, 2013, p. 88)

A partir disso, podemos dizer que o currículo da Educação Infantil se baseia no cuidar e no educar, sendo eles, fundamentais e indissociáveis no processo de ensino das crianças pequenas. No cotidiano de ensino desta etapa escolar é preciso desafiar as crianças a sempre aprender mais, desenvolvendo-se nas aulas um currículo que engloba experiências culturais de educação e cuidado, com os conhecimentos intencionalmente direcionados e organizados pelos docentes e equipe pedagógica de uma escola para que as crianças aprendam de forma lúdica.

Destaca-se que as DCNEI, em seu art.3º, definem currículo da Educação Infantil como um “conjunto de práticas que buscam articular as experiências e os saberes das crianças com os conhecimentos que fazem parte do patrimônio cultural, artístico, ambiental, científico e tecnológico, de modo a promover o desenvolvimento integral da criança de 0 a 5 anos de idade (BRASIL, 2013. p.12). Conforme esse documento, o currículo infantil deve mesclar experiências e os saberes das crianças com os conhecimentos históricos, artístico, ambiental, científico e tecnológico da sociedade para a promoção de seu desenvolvimento integral.

Destaca-se que o currículo sempre está em transformação, em um processo contínuo de reconstrução. Veiga (2011, p.7) afirma que “[...] a análise e a compreensão do processo



de produção do conhecimento escolar ampliam a compreensão sobre as questões curriculares”. Essa reflexão é importante, já que a análise do processo de produção do conhecimento escolar amplia a compreensão sobre as questões curriculares e uma abordagem mais social, histórica e cultural em que as diferenças sejam previstas no currículo e trabalhados no cotidiano escolar infantil.

Atualmente, a organização do currículo escolar se dá de forma fragmentada e hierárquica, ou seja, cada disciplina é ensinada separadamente e as que são consideradas de maior importância em detrimento de outras recebem mais tempo para serem explanadas no contexto escolar.

A organização curricular, as escolhas de nível de hierarquia dos componentes curriculares são produtos de uma construção social, a qual é influenciada pelo poder e pelo saber; por isso é importante que os docentes de crianças pequenas questionem e discutam os temas relacionados à produção de identidades e diferenças dentro do currículo para que a criança reconheça quem é.

E nesse processo de formação da sua identidade, a criança perceba as diferenças, como o outro é diferente de mim, como o currículo nos constitui como sujeito de forma muito particular. Essas demandas da diferença no espaço escolar e curricular estão cada vez mais intensas e são cada vez mais significativas.

Se as demandas da diferença são mais significativas – diferenças de gênero, sexualidade, etnia, raça, região, religião e tantas mais que são produzidas pelo diferir-, as demandas por um currículo multicultural multiplicam-se. Estudos pós-coloniais com impacto no currículo defendem a linguagem e a prática de uma educação multicultural possibilitam que alunos e professores repensem hierarquias e relações opressivas de poder, rompendo com sistemas eurocêntricos e colonialistas, ao mesmo tempo em que conectam o self e o social (LOPES, 2013, p.19).

As diferenças de gênero, sexualidade, etnia, raça, região, religião, dentre outras, estão presentes nas escolas e o currículo multicultural, como afirma Lopes (2013), possibilita aos alunos e professores, repensarem hierarquias e relações opressivas de poder e compreender que as identidades e diferenças, como produções sociais, também são produções curriculares.

Ao discutirmos sobre identidades e diferenças com professores de Educação Infantil refletimos muito sobre as concepções de quem somos e em que realmente a nossa





prática dentro de sala de aula contribui na formação das identidades dessas crianças pequenas, respeitando as diferenças; contribui, também, para compreender se as diferenças estão presentes no currículo e orientando como abordar esses temas desde muito cedo nas instituições de Educação Infantil.

Com o avanço da sociedade contemporânea, as novas tecnologias e o desejo de inovar o ensino no Brasil foi elaborado um documento com a finalidade de nortear o ensino no âmbito nacional, a Base Nacional Comum Curricular (BNCC). Trata-se de um documento que deve nortear os currículos dos sistemas e redes de ensino das Unidades Federativas, como também as propostas pedagógicas das escolas públicas e privadas de Educação Infantil, Ensino Fundamental e Ensino Médio, em todo o Brasil (LDB, Lei nº 9.394/1996).

A Base Nacional Comum Curricular (BNCC) é um documento norteador para a formulação dos currículos dos sistemas e das redes escolares dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios e das propostas pedagógicas das instituições escolares. Ao longo da Educação Básica, as aprendizagens essenciais definidas na BNCC devem concorrer para assegurar aos estudantes o desenvolvimento de dez competências gerais, as quais consubstanciam no âmbito pedagógico, os direitos de aprendizagem e desenvolvimento dessa criança na vida social e cultural.

A recente BNCC é um documento, ainda em processo de implantação nas escolas, haja vista ter sido publicada a primeira versão e disponibilizada para consulta pública em setembro de 2015 pelo Ministério da Educação (MEC) com o apoio do Conselho Nacional de Secretários de Educação (CONSED) e a da União de Dirigentes Municipais de Educação (UNDIME).

A segunda versão da BNCC foi publicada em março de 2016, após seis meses de debates e reelaboração. E por fim, a terceira versão, publicada em abril de 2017. Ao tentar universalizar o ensino nas escolas se ignora o direito ao respeito às diferenças e a identidade de um povo tão rico culturalmente e socialmente.

Muitos acreditam que a BNCC seria um avanço na área da Educação, mas ela, conforme Lopes (2015a), dificulta a produção de currículos que contemplem os saberes, as culturas, os modos de vida dos diversos grupos socioculturais e isso implica na construção de um currículo que valorize desde pequenos suas origens sociais e culturais.



Soma-se a isso que, na atual política do currículo, esse discurso universalista tende a operar com uma imagem homogeneizante e negativa da escola. Nessa lógica, a BNCC é concebida para suprir o que falta na escola. [...] quanto mais se afirma o seu valor, mais se significa a escola (e os docentes que nela trabalham) como carentes de algo [...] (LOPES, 2015a, p. 28).

Sendo assim, faz-se necessário um estudo voltado à concepção de currículo pela visão dos docentes da Educação Infantil, destacando as suas contribuições para o processo de compreensão do currículo e as implicações das diferenças no cotidiano escolar infantil; também se faz necessário analisar e questionar se as orientações para a educação infantil dão conta das diferenças – será que esses documentos contemplam de forma adequada as diferenças? Afinal,

[...] queremos sublinhar que o currículo como espaço estável, em que a diferença deveria estar representada, pode apagar a composição de inter-relações diferenciais que fazem do currículo espaço. Transformar currículo em espaço da diferença obscurece a possibilidade de conceber o espaço do currículo como diferença, desencadeando, assim, uma arquitetura do espaço do currículo construída a partir de uma política de reconhecimento que funciona sobre pilares da identidade, em detrimento de uma geografia da invenção (TOMÉ, MACEDO, 2018, p. 94).

Assim, o espaço do currículo é diferença - de gênero, sexualidade, etnia, raça, região, religião. Então, é preciso que as concepções e as práticas de ensino para o currículo sejam prática das diferenças.

As Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Infantil estabelecem os princípios éticos, políticos e estéticos que devem guiar as propostas pedagógicas desse ciclo. Esse documento tem como objetivo garantir à criança o acesso aos processos de apropriação, renovação e articulação de conhecimentos e aprendizagens de diferentes linguagens, assim como, o direito à proteção, à saúde, à liberdade, à confiança, ao respeito, à dignidade, à brincadeira, à convivência e à interação com seus pares.

Nesse sentido, buscamos o aprofundamento nos estudos do currículo, a partir das teorias pós-críticas, para compreender que tipo de saber é esse ensinado nas escolas, qual a relação de poder existente na construção do currículo da Educação Infantil. Ressalta-se que:

Bem antes da BNCC, e ainda antes da normatização dos Parâmetros Curriculares Nacionais, temos assistido ao apelo incessante pela aquisição de competências fundamentais em cada área de conhecimento, concebido como algo fragmentado e passível de controle de instrumentos curriculares externos, e isso se afirma indelevelmente na BNCC (Brasil. MEC, 2016) e nas políticas para os currículos do Ensino Médio (Brasil. Lei nº 13.415, 2017) e formação de professores em 2019 (Brasil. CNP. CP, 2019) que a ela se vinculam, negando a diversidade, como num “samba de uma nota só. (SÜSSEKIND, MASKE, 2020, p.180)



Há muitas desigualdades na escola, assim como, muitas diferenças circulam no contexto escolar. Também há diferenciação na formação e planos de carreiras dos professores, falta de estrutura nas escolas, as condições das famílias dos alunos, no nosso caso, da Educação Infantil. Então, diante de tantos desafios, o currículo pode ser construído e fazer sentido para essa comunidade escolar? Santos (2010) nos ajuda a pensar essas questões ao dizer que:

Uma vez que todas as culturas tendem a distribuir pessoas e grupos de acordo com dois princípios concorrentes de pertença hierárquica, e, portanto, com concepções concorrentes de igualdade e diferença, as pessoas e os grupos sociais têm direito a ser iguais quando a diferença os inferioriza, e o direito a ser diferente quando a igualdade os descaracteriza (SANTOS, 2010, p.122)

É preciso que as escolas e os professores busquem constituir um currículo que valorize as diferenças dos distintos grupos sociais, as suas culturas e os seus conhecimentos, mesmo sabendo de como isso nos desafia a problematizar o conhecimento escolar, como diz Candau (2020):

Esta perspectiva nos desafia a problematizar o conhecimento escolar. A reconhecer os diversos saberes produzidos pelos diferentes grupos socioculturais (...) supõe ampliar a nossa concepção de quais conhecimentos devem ser objeto de atenção, entre confluências e tensões, e ser trabalhados na escola, assumindo-se os possíveis conflitos que emergem da interação de saberes. Trata-se de uma dinâmica fundamental para que sejamos capazes de desenvolver currículos que incorporem referentes de diferentes universos culturais [...] (CANDAU, 2020, p. 683).

É fundamental que o currículo seja heterogêneo, que contemple as diferenças de crenças, identidades e culturas, valorizando as identidades de todos os grupos sociais. Com isso, conforme Corazza (2001) é preciso conceber o currículo da Educação Infantil como espaço para a discussão e valorização das diferenças, pois sabemos que

O infantil é uma das várias subjetividades diagramatizadas por nossos currículos, de maneira que sua subjetivação se transforma em sujeição, nos modos de assujeitamento foucaultiano: 1º) sujeito aos outros, pelo controle e pela dependência, com todos os procedimentos de individuação que o poder disciplinar instaura, atingindo a interioridade daqueles que ele chama “seus sujeitos”; 2º) sujeito a si mesmo e apegado à própria identidade, mediante a consciência e o conhecimento de si, com todas as técnicas das ciências humanas e morais que formam “um saber do sujeito”. (CORAZZA. 2001, p.65)

O infantil é uma das subjetividades diagramatizadas nos currículos, de modo que os processos de subjetivação das crianças se transformam, em muitos casos, em tentativas de sujeição, ou seja, as identidades e diferenças dos sujeitos sofrem os efeitos do poder/saber hegemônico no currículo que disciplina e normaliza.



#### 4. Considerações finais

Este artigo busca fazer uma reflexão a respeito do currículo escolar, iniciando uma discussão sobre as implicações das identidades e das diferenças no cotidiano escolar da Educação Infantil na perspectiva pós-crítica, porque infelizmente ainda persiste neste local muitas desigualdades no âmbito escolar e inclusive preconceitos históricos.

A Educação Infantil é a primeira etapa da Educação básica e tem que ser oferecida em instituições educacionais com objetivos específicos de aprendizagem para as crianças, está organizada em creche – que atende as crianças de 0 aos 3 anos de idade e em pré-escola – que atende crianças de 4 a 5 anos de idade e, essa última, obrigatória, sendo salutar compreender as concepções de currículo e de diferença nessa etapa de ensino.

E é com muito diálogo e um ensino curricular diversificado/multicultural que os professores desta etapa de ensino poderão refletir sobre as concepções de quem somos e desta forma, contribuir para a formação das identidades dessas crianças pequenas, ajudando-as a respeitar as diferenças étnicas, de gênero, de opção sexual, entre tantas outras diferenças que permeiam as discussões curriculares.

Percebe-se que os conteúdos a serem trabalhados com os alunos da Educação Infantil devem ser melhor elaborados e pensados para que desde pequenos as crianças conheçam sua identidade e aprendam a respeitar as diferenças presentes no ambiente escolar e na sociedade, posto que estão presente no currículo muitos estereótipos, os quais precisam ser questionados e superados por meio de estudos e reflexões que vão além do simples empenho em dar visibilidade aos diversos grupos socioculturais.

Destacando-se a relevância ao nosso estudo que faremos posteriormente mais profundamente sobre as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Infantil (DCNEI), Base Nacional Comum Curricular e Diretrizes Curriculares Nacionais (BNCC) e para a Educação Infantil, destacando a relevância do currículo para as diferenças ser vislumbrado já na Educação Infantil.

#### 6. Referências



- AGUIAR, E. P; TOURINHO, M. A. de C. **Discussões metodológicas: a perspectiva qualitativa na pesquisa sobre ensino/aprendizagem em história.**
- BRASIL. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Básica. **Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Infantil.** Brasília: MEC/SEB, 2013.
- BRASIL. Ministério da Educação e do Desporto. Secretaria de Educação Fundamental. **Referencial curricular nacional para a educação infantil/Ministério da Educação e do Desporto, Secretaria de Educação Fundamental.** – Brasília: MEC/SEF, 1998, volume: 1 e 2.
- BRASIL. Ministério da Educação. **Base Nacional Comum Curricular.** 2018. Disponível em:  
<[http://basenacionalcomum.mec.gov.br/images/BNCC\\_EI\\_EF\\_110518\\_versaofinal\\_site.pdf](http://basenacionalcomum.mec.gov.br/images/BNCC_EI_EF_110518_versaofinal_site.pdf). Acesso em: 10 out 2022>.
- BHABHA, Homi. **Homi Bhabha e o valor das diferenças.** Depoimento, entrevista concedida a Fernando Einchenberg. O Globo, Rio de Janeiro, 14 jan. 2012.
- CANAU, V. M. Diferenças, Educação Intercultural e Decolonialidade: temas insurgentes. **Revista Espaço do Currículo** (online), João Pessoa, v.13, n.especial, p.678-686,dez., 2020.
- CORAZZA, Sandra Mara. **Que quer um currículo? Pesquisas pós-críticas em educação.** Petrópolis, RJ: editora Vozes, 2001.
- DICIO. **Significado de Estereótipo.** Disponível em:  
<<https://www.dicio.com.br/estereotipo/>>. Acesso em 04 out 2022.
- GATTI, B.A. Formação inicial de professores para educação básica: pesquisas e políticas educacionais. **Estudos em Avaliação Educacional.** V.25, n.57, 2014.
- LOPES, A. C. Teorias Pós-críticas, Política e Currículo. **Educação, Sociedade & Culturas,** nº 39, 2013, 7-23.
- LOPES, A. C. **Apostando na Produção Contextual do Currículo. ProPED/Uerj, 2015a.**
- LOPES, A. C. Por um currículo sem fundamentos (texto baseado na conferência de abertura do III Seminário Distrital do Pacto Nacional pelo Fortalecimento do Ensino Médio, realizado em 13 e 14 de agosto de 2014) em Brasília, Distrito Federal. **Revista Linhas Críticas.** Maio/Agosto. 2015b.
- LÜDKE, M; ANDRÉ, M. E. D. A. **Pesquisa em educação: abordagens qualitativas.** São Paulo: EPU, 1986.
- MOREIRA, A.F.B.; CANAU, V. M. **Indagações sobre currículo: currículo, conhecimento e cultura.** Brasília: Ministério da Educação, Secretária de Educação Básica. 2007.
- NETO, O. C. O trabalho de campo como descoberta e criação. In: MINAYO, M. C de S. **Pesquisa Social.** Teoria, método e criatividade. Petrópolis: Vozes, Rio de Janeiro.
- RIBEIRO, Djamila. **O que é lugar de fala?** Belo Horizonte: Letramento, 2017.



- SANTOS, Boaventura de Souza. **Para além do Pensamento Abissal**: das linhas globais a uma ecologia de saberes. In: SANTOS, Boaventura de Souza e MENESES, Maria Paula. (Orgs). Epistemologias do Sul. São Paulo: Cortez, p.31-83, 2010, p.637.
- SILVA, Tomaz Tadeu da. **Documentos de identidade: uma introdução às teorias do currículo**. 2.ed.9. reimp. Belo Horizonte: Autêntica, 2005.
- SILVA, Tomaz Tadeu da. **O currículo como fetiche: a poética e a política do texto curricular**. 2.ed. Belo Horizonte: Autêntica, 2001.
- SILVA, Tomaz Tadeu da. **Identidade e diferença: a perspectiva dos estudos culturais/ Tomaz Tadeu da Silva (Org)**, Sthuart Hall, Kathryn Woodward – Petrópolis, RJ: Vozes, 2000.
- SILVA, Tomaz Tadeu da. **Alienígenas na sala de aula: uma introdução aos estudos culturais em educação**. Petrópolis, RJ: Vozes, 2011.
- SÜSSEKIND, Maria luiza; MASKE, Jeferson. **“Pendurando roupas nos varais”**: Base Nacional Comum Curricular, trabalho docente e qualidade. Aberto, Brasília, v. 33, n. 107, p. 173-187, jan./abr. 2020.
- TOMÉ, Claudia; MACEDO, Elizabeth (organizadoras). **Currículo e diferença: afetações em movimento**. Curitiba: editora CRV, 2018.
- VEIGA, Ilma Passos A. (org). **Projeto político-pedagógico: uma construção possível**. Campinas: Papirus; 2011